

## **CÉSAR, Cerqueira**

\* pres. SP 1891-1892.

*José Alves de Cerqueira César* nasceu em Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, hoje Guarulhos (SP), em 23 de maio de 1835, filho de Bento Alves de Cerqueira Bueno e de Maria Cândida de Cerqueira Leme. Seu pai era descendente de Amador Bueno de Ribeira, “o Aclamado”, e sua mãe, da tradicional família Leme.

Após concluir os estudos de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1856, diplomando-se em ciências jurídicas e sociais em 1860. Logo depois de formado e casado, transferiu-se para Itapetininga, onde abriu a sua primeira banca de advogado. Sua mulher era Maria do Carmo Sales, irmã de Manuel Ferraz de Campos Sales, que exerceria cargos importantes na política paulista e nacional: foi deputado geral em 1885, ministro da Justiça em 1889, constituinte de 1891, senador por São Paulo de 1891 a 1896, presidente de São Paulo de 1896 a 1897, presidente da República de 1898 a 1902 e novamente senador de 1909 a 1913.

Em 1863 mudou-se para Rio Claro, onde atuou também na advocacia e ingressou na política. Foi um dos subscritores do *Manifesto Republicano* de 1870 e participou da fundação, em 1872, do Clube Republicano da cidade, que posteriormente se transformaria no Partido Republicano de Rio Claro. Eleito para a Câmara Municipal de Rio Claro na legislatura 1873-1876, foi um dos vereadores que pediram, e acabaram conseguindo do governo da província, que o correio que ligava a cidade à capital passasse três vezes por semana, em lugar de apenas uma. Interessou-se pelo abastecimento de água para Rio Claro, e em 1874 defendeu a separação da Igreja do Estado, medida de nítido fundo político e republicano.

Os participantes da Convenção Republicana de Itu, realizada em 18 de abril de 1873, concordaram quanto à necessidade de ter um órgão de imprensa na capital para defender os ideais republicanos. Após trabalho de arregimentação efetuado por Américo Brasiliense e Campos Sales, em outubro de 1874 foi constituída com esse fim uma sociedade em

comandita com 19 cotistas, entre eles Cerqueira César, chamada Pestana, Campos & Cia. O jornal seria lançado em 4 de janeiro de 1875 com o nome *A Província de S. Paulo* e, com o advento da República, passaria a chamar-se *O Estado de S. Paulo*.

Na eleição para a Câmara Municipal de Rio Claro realizada em 1876, graças ao prestígio de Cerqueira César, sua agremiação política obteve 2/3 da votação, resultado que foi considerado o primeiro de real importância para os republicanos no Império. Em 1878, foi eleito para o diretório do Partido Republicano de Rio de Claro. Por questões familiares, porém, viu-se obrigado, em 1880, a transferir sua residência para a capital, decisão que provocou protestos de moradores e políticos locais. Em São Paulo, foi escolhido secretário da comissão permanente do Partido Republicano Paulista (PRP), e posteriormente seu presidente.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi formada em São Paulo uma junta governativa provisória, integrada por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa. O primeiro ato dos novos governantes foi nomear seus auxiliares diretos, cabendo a Cerqueira César a função de “assistente no Tesouro, para verificar a caixa”, depois denominada “inspetor do Tesouro do Estado”. Quando Prudente de Moraes foi nomeado governador, em 14 de dezembro de 1889, foi mantido no cargo e nele permaneceu até 18 de outubro de 1890, data em que Prudente de Moraes transmitiu o governo a Jorge Tibiriçá.

#### VICE-PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Promulgada a Carta Magna brasileira em 24 de fevereiro de 1891, dois meses depois foi realizada em São Paulo a eleição para a Constituinte estadual. No dia 11 de junho, Américo Brasilense, que desde março de 1891 ocupava o cargo de governador, nomeado pelo presidente da República marechal Deodoro da Fonseca, foi eleito pelos constituintes presidente do estado de São Paulo, enquanto Cerqueira César foi eleito vice-presidente. Por afastamento do titular entre 13 de junho e 16 de julho de 1891, Cerqueira César assumiu interinamente o governo de São Paulo.

Quando da renúncia de Deodoro à presidência da República, seguida da posse do vice-presidente Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891, Américo Brasiliense, partidário de Deodoro, negou-se a aceitar a situação e também a deixar o governo paulista. Sua recusa a renunciar provocou agitação em todo o estado, inclusive com a formação de brigadas que destituíram as autoridades municipais que o apoiavam. A ideia era marchar para a capital para depor o presidente do estado. O governo federal, preocupado, enviou a São Paulo o coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, respeitado por sua atuação na proclamação da República, para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

Os incidentes na capital de São Paulo culminaram em 14 de dezembro com a invasão e depredação da redação do jornal *Correio Paulistano*, ocasionando a morte de um transeunte, vítima de uma bala durante o confronto das tropas leais ao presidente estadual com a população rebelada. Em virtude da gravidade da situação, em 15 de dezembro, após a recusa do general Carlos Machado Bittencourt, comandante do Exército em São Paulo, a assumir o governo, Américo Brasiliense entregou um ofício ao major Sérgio Castelo Branco, que se encontrava no palácio, onde havia pernoitado para garantir-lhe a integridade física, informando que deixava o governo e lhe entregava a chefia do Executivo estadual. Retirou-se em seguida para sua residência.

Reunidos no Grande Hotel de França, estavam o vice-presidente Cerqueira César e uma junta denominada revolucionária formada por Campos Sales, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita para se contrapor a Américo Brasiliense. Os membros da junta instaram para que o coronel Sólton fosse até o Pátio do Colégio, onde localizava a sede do governo estadual. Lá o coronel conferenciou com Castelo Branco, entendendo que cabia legalmente ao vice-presidente assumir o governo paulista. Concordando com a tese, Castelo Branco rumou em companhia de Sólton para o local onde se encontrava Cerqueira César, acompanhado de diversos correligionários que defendiam sua posse.

Na presença de todos, Castelo Branco leu os termos do ofício de Américo Brasiliense e declarou que “não podia conservar o governo do estado em seu poder por isso ser contrário à lei e por ser ele antes de tudo respeitador da legalidade e da soberania popular; por isso vinha imediatamente entregar o governo a quem competia exercê-lo pela Constituição do estado e pela vontade do povo”. Suas palavras foram aplaudidas, e em seguida Cerqueira César afirmou “que, em vista ter sido o governo abandonado pelo

presidente do estado, ... assumia-o desde aquele momento como lhe competia”.

Ao assumir o governo do estado, em 16 de dezembro de 1891, Cerqueira César logo demitiu o chefe de polícia, desembargador Raimundo Furtado de Albuquerque Cavalcanti, acusado de responsável pelas violências praticadas contra a população.

Em 28 de janeiro de 1892, o deputado federal Domingos de Moraes foi procurado pelo antigo presidente da Constituinte estadual paulista, Luís Pereira Barreto, que o alertou de que estava em curso um movimento revolucionário com o objetivo de destituir os governantes que apoiavam o marechal Floriano Peixoto, entre eles Cerqueira César. Barreto solicitou que Moraes fosse ao palácio e pedisse que o presidente em exercício deixasse o cargo para assim evitar derramamento de sangue. Cerqueira César recusou-se, porém a deixar o governo. Amigos e correligionários surgiram armados no palácio para defendê-lo e repelir qualquer ataque de adversários. Após ouvir juristas, Cerqueira César respondeu à intimidação assinando um decreto que determinava a dissolução do Congresso estadual e convocava novas eleições para 7 de março próximo.

À frente do governo de São Paulo por apenas oito meses e dez dias, Cerqueira César tomou várias medidas em benefício da população. Promoveu o saneamento das cidades de Santos e São Paulo; procurou combater e evitar as epidemias que assolavam vários municípios, notadamente a de febre amarela; organizou o serviço de Assistência Pública; abriu crédito para os Socorros Públicos; criou os Institutos Vacinogênico, Bacteriológico, Bromatológico e de Análises Químicas; aperfeiçoou o funcionamento do Serviço Sanitário, com o Hospital de Isolamento da Capital e o Desinfectório Central. Incrementou a assistência hospitalar aos asilos agrícolas de alienados, iniciativa que daria origem, anos depois, ao Hospital do Juqueri para doentes mentais; liberou verba para a manutenção e custeio da Estação Agrônômica de Campinas; fundou uma Escola Superior de Agricultura e outra de Engenharia, sendo então criado o Instituto Politécnico, hoje pertencente à Universidade de São Paulo.

Preocupado com o abastecimento de água da capital, e sabedor da impossibilidade de a empresa contratada para esse fim, a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, cumprir

suas obrigações, rescindiu o contrato firmado em 1890 e encampou a empresa, transferindo para o governo paulista a responsabilidade pelo serviço de água e esgoto. A lei que organizou todo o ensino público no estado de São Paulo, que seria promulgada por seu sucessor Bernardino de Campos, foi também de sua iniciativa. Propôs ainda a fusão das Estradas de Ferro Sorocabana e Ituana, através de projeto de lei encaminhado ao Congresso estadual que seria aprovado por unanimidade. Sabedor da necessidade de trabalhadores para a lavoura, referendou as alterações contratuais com a Sociedade Promotora de Imigração para a vinda de 50 mil imigrantes, principalmente italianos, para São Paulo.

Foi de sua responsabilidade a criação e organização das secretarias de Estado, estrutura que, apesar de muito ampliada, se mantém até hoje. Nomeou, assim, os primeiros secretários paulistas do Interior, Agricultura, Fazenda e Justiça. Para ajudar em diversos problemas que afetavam a administração, foram convidados cientistas e técnicos estrangeiros e nacionais. Entre eles estavam o engenheiro civil da área sanitária Estevan Antonio Fuertes, que teria como seguidor Saturnino de Brito, ambos envolvidos nos problemas de saneamento da cidade de Santos; o pedagogo Henri Gorceix; o biólogo e filósofo Felix Le Dantec, que colaborou no Instituto Bacteriológico; Jean Reboul-Lachaux, no Instituto Bromatológico; Teodoro Sampaio, na engenharia sanitária; Franco da Rocha, na assistência aos psicopatas, e André Rebouças, na chefia das obras de viação.

Apesar de seu nome ter sido cogitado para concorrer à eleição para presidente do estado em 1892, o indicado acabou sendo Bernardino de Campos, que foi eleito em 17 de maio e assumiu o governo em 23 de agosto seguinte. Para surpresa de todos, poucos dias depois, em 5 de setembro, Cerqueira César renunciou ao cargo de vice-presidente estadual, alegando que sua missão estava cumprida, com o restabelecimento da democracia. Seus amigos e correligionários conseguiram persuadi-lo a recandidatar-se à sua própria vaga, e assim, em 15 de outubro, foi novamente eleito vice-presidente de São Paulo. Assumiu o cargo no último dia do ano de 1892 e nele permaneceu até o fim do quadriênio, em 15 de abril de 1896.

## SENADOR ESTADUAL

Após deixar o governo foi indicado para ocupar, no Senado Federal, a cadeira de Bernardino de Campos, que fora eleito senador, mas em novembro de 1896 renunciou para assumir o Ministério da Fazenda no governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Foi eleito em 20 de dezembro, mas também renunciou, antes de assumir o mandato. Por indicação do PRP, foi então eleito, em 1º de dezembro de 1897, senador estadual. Assumiu sua cadeira em 7 de abril de 1898, e em 12 de abril foi escolhido por seus pares presidente do Senado Estadual substituindo Ezequiel de Paula Ramos. Na sessão de 22 de abril, apresentou uma propositura regulamentando as terras públicas do estado.

Quando da revisão da Constituição do estado de São Paulo, em 1901, parecia natural a escolha de seu nome para presidir o Congresso revisor. Entretanto, na véspera da eleição, realizada em 17 de julho, o senador Joaquim Lopes Chaves foi lançado candidato e acabou saindo vencedor por dez votos. Esse golpe teria tido o envolvimento direto do então presidente da República Campos Sales (1898-1902), cunhado de Cerqueira César, influenciado pela própria esposa, que não desejava que o cunhado tivesse proeminência na política paulista, podendo assim chegar ao governo de São Paulo e depois à presidência da República. Teria sido conivente com a situação o então presidente do estado Rodrigues Alves (1900-1902), já aspirante ao Executivo federal e desejoso de ter alguém que o apoiasse no governo estadual. A candidatura de Cerqueira César à presidência do estado sucedendo a Rodrigues Alves, prestigiada por Prudente de Moraes, parecia vitoriosa dentro do PRP, mas Campos Sales resolveu apoiar Bernardino de Campos, que acabou sendo mais uma vez eleito, em maio de 1902. Diante disso, o PRP rompeu com os governos federal e estadual.

No dia 8 de setembro, em sua primeira página, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um manifesto dirigido aos “Republicanos de São Paulo”, no qual narrava todos os acontecimentos que haviam levado à dissidência dos republicanos paulistas com o presidente da República. Um dos motivos alegados era “que o ex-presidente Prudente de Moraes não era ouvido sobre assuntos graves, da existência partidária, dando-se o mesmo

com Cerqueira César e Ferraz de Sales, membros da Comissão Central do PRP. Quando isso vem acontecer – quer dizer, quando são ouvidos – isso só se dá depois das deliberações tomadas, sinais evidentes da prepotência de Campos Sales”. Este, segundo os signatários, estaria “em pleno e franco exercício de sua ditadura, impondo no momento a candidatura de Rodrigues Alves para seu sucessor”.

A crise culminou no dia seguinte, 9 de setembro, quando Cerqueira César renunciou à presidência do Senado do Estado juntamente com outros integrantes da mesa diretora, como o primeiro-secretário Ricardo Soares Batista e o primeiro suplente de secretário Antônio Carlos Ferraz de Sales. O lugar de presidente foi ocupado interinamente pelo vice João Batista de Melo Oliveira, e depois foi eleito o senador Francisco de Assis Peixoto Gomide. Cerqueira César continuou senador estadual, sendo reeleito em 2 de fevereiro de 1907 e empossado em 14 de abril para um mandato de oito anos.

Positivista, era considerado ateu, mas sempre colaborou com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, sendo seu provedor entre 1900 e 1902, e definidor até a morte. Faleceu em São Paulo em 26 de julho de 1911, no exercício do mandato de senador estadual.

De seu casamento com Maria do Carmo Sales César nasceram sete filhos, entre eles Lucila César, que se casou com Júlio César Ferreira de Mesquita, jornalista, diretor de *O Estado de S. Paulo* e deputado federal por São Paulo de 1892 a 1894.

Em sua homenagem foi criado em 1917 o município de Cerqueira César, originário de um antigo distrito de Avaré, de nome Três Ranchos. Na capital de São Paulo, um bairro localizado na região da avenida Paulista também recebeu seu nome.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário*; ASSEMB. LEGIS SP. *Galeria dos presidentes* (2006); CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (13/1/1906); EGAS, E. *Galeria* (v.3); *Estado de S. Paulo* (1/2/1975); RIBEIRO, J. *Chronologia*; SILVA,

E; EWIGKEIT, J. *Precursores.*